CÂMARA DOS DEPUTADOS

Zambelli deve entregar imóvel

Deputada está licenciada e foragida há um mês. Uso do imóvel funcional pela família pode gerar multa e indenização

» VANILSON OLIVEIRA

prazo para a desocupação do apartamento funcional usado pela deputada federal foragida Carla Zambelli (PL-SP) terminou ontem. No exterior há um mês, após ter prisão preventiva decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a parlamentar está licenciada do mandato desde 5 de junho. Mesmo ausente do país, a família dela continua residindo no imóvel funcional da Câmara dos Deputados — podendo resultar em multa e outras penalidades administrativas.

O apartamento em questão está localizado na quadra 311 Sul, região nobre de Brasília. Caso não devolva as chaves hoje, Zambelli poderá ser penalizada com multa equivalente a 3% sobre o valor do auxílio-moradia,

que, atualmente, está fixado em R\$ 4.253,00, além de uma indenização diária de R\$ 283,53, descontada diretamente da folha de pagamento. A cobrança é automática e não exclui a possibilidade de sanções administrativas ou judiciais adicionais.

Mesmo foragida, a parlamentar ainda mantém o uso do apartamento funcional. No imóvel, moram, atualmente, sua mãe, Rita Zambelli, 75 anos, e seu filho, João Zambelli, 17. Por meio das redes sociais, o adolescente declarou que a unidade é a única moradia da família. Ele também teve o perfil no Instagram suspenso por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF mas criou uma nova conta

A Câmara dos Deputados conta com 432 apartamentos funcionais em Brasília, distribuídos entre as asas Sul e Norte, além de 15 imóveis em reserva técnica. Como há mais parlamentares que imóveis disponíveis — atualmente são 513 deputados, número que subirá para 531 em 2027 — existe uma fila de espera baseada em critérios como idade, deficiência, tempo de mandato e estrutura familiar. Parlamentares não contemplados recebem o auxílio-moradia, que pode ser pago em espécie ou reembolsado mediante apresentação de comprovantes.

Interpol

Carla Zambelli continua na Itália e teve o nome incluído na lista de difusão vermelha da Interpol. Ela foi condenada a 10 anos de prisão por envolvimento em ataques a sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Correio entrou em contato com o advogado dela, Fábio Pagnozzi, que informou não

Walter Delgatti está preso no Brasil. Segundo a denúncia apresentada, ele foi o executor dos ataques cibernéticos, tendo agido a mando da par-

do Estado Democrático de Direito. O Correio também entrou em contato com o deputado Coronel Tadeu (PL-SP), que assumiu a vaga de Zambelli na Câmara e, teoricamente, poderia ser contemplado com o imóvel funcional. Ele afirmou que não foi informado sobre o apartamento e que não tem interesse em ocupá-lo. "Não tenho intenção de ocupar apartamento funcional, normalmente eu fico em hotel, por uma questão pessoal

e de comodidade", disse.



Carla Zambelli foi condenada à prisão e fugiu para a Itália

TRAMA GOLPISTA -



Ex-ministro de Jair Bolsonaro foi preso por obstrução de Justiça

Visita de deputado a Braga Netto

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou, ontem, que o deputado federal Junio Amaral (PL-MG) visite o general Walter Braga Netto, preso preventivamente no Rio de Janeiro desde dezembro do ano passado após ser alvo de uma operação da Polícia Federal. O militar é investigado no STF por participação na tentativa de golpe de Estado para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder.

Segundo a decisão de Moraes, o encontro irá ocorrer na Vila Militar do Rio de Janeiro, local em que Braga Netto se encontra custodiado. O magistrado determinou que a visita deverá respeitar as normas e regramentos da 1ª Divisão do Exército. A data ainda não foi marcada. O despacho especifica que a visita tem "caráter estritamente pessoal", dessa forma, será vedado o ingresso de assessores, seguranças, membros da imprensa e outras pessoas junto do parlamentar.

Além disso, Junio Amaral deverá entrar sem celular, equipamento fotográfico ou qualquer dispositivo eletrônico. Também está proibido o registro de imagens e áudio no interior da unidade prisional, sob pena de responsabilização.

O ministro Alexandre de Moraes determinou que a defesa de Braga Netto fosse consultada previamente sobre o pedido feito pelo deputado. Os advogados do general manifestaram-se dizendo que o militar não se opunha à visita.

Braga Netto foi candidato a vice-presidente pelo PL, na chapa do ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. O militar foi detido em 14 de dezembro de 2024, em sua residência, localizada no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. sob a acusação de obstrução da

Justiça. A prisão preventiva foi solicitada pela PF e autorizada por Moraes.

Ao ordenar a prisão do general, Moraes afirmou que existem "fortes indícios" de que Braga Netto tenha contribuído de forma mais efetiva e de maior importância do que se sabia inicialmente para o planejamento e financiamento da tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. A decisão foi tomada com o apoio do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Plano criminoso

Walter Braga Netto é acusado de ser o financiador do plano golpista. O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, delator, denunciou que o general e o ex-secretário de Comunicação do ex-presidente Jair Bolsonaro Fabio Wajngarten e tentaram obter informações sobre o conteúdo de seus primeiros depoimentos à Polícia Federal.

A prisão de Braga Netto foi determinada pelo ministro Alexandre de Moraes em dezembro do ano passado. O trama também previa o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do próprio integrante do STF. Além de planejar deslegitimar o processo eleitoral, o grupo é acusado de financiar atos antidemocráticos que culminaram nos ataques de 8 de janeiro às sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Na delação premiada, Cid indicou que o dinheiro para o plano de matar as autoridades foi entregue em uma sacola de vinho pelo ex-ministro Braga Netto. O montante teria sido entregue aos chamados "Kids Pretos", das forças especiais do Exército. Eles seriam os responsáveis por executar o plano. (Agência Estado)

